

PASSADISTAS E SAUDOSISTAS: OS DETRATORES DA MODERNIDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Maurício Silva

Poucos fenômenos político-econômicos da atualidade mereceram uma atenção tão ampla e profunda, por parte dos estudiosos, como o da globalização, responsável por um extenso matiz de transformações, do qual nenhum país parece conseguir escapar ileso: com o advento da globalização assiste-se ao desenvolvimento infrene de uma vasta rede de relações mundiais capaz de trazer conseqüências inenarráveis às mais recônditas nações do globo.

Mas se o fenômeno é relativamente novo, o processo parece datar de algumas centenas de anos, o que nos leva a concluir que novos mesmo são o aprofundamento e o aceleração das conseqüências da globalização. Com efeito, não é recente o fato de que essa rede de relações interdependentes atua de modo categórico na vida dos países, fazendo com que os mesmos participem, compulsoriamente, das principais transformações ocorridas no mundo, participação esta que, nem sempre, ocorre de forma ativa, sobretudo se pensarmos nas chamadas nações periféricas, para as quais as possibilidades decisórias no processo revelam-se particularmente limitadas.¹ De qualquer maneira, tal processo é conhecido desde as mais remotas épocas, precisamente desde que, com a intensificação das relações político-econômicas entre os Estados Modernos, criou-se uma vasta rede de dependências entre as diversas nações européias. Tais contatos foram-se adensando com o passar dos

anos, até atingirem um grau relativamente profundo de desenvolvimento na última metade do século XIX, já apontando para o ápice da interdependência global.

De fato, é nas últimas décadas do século XIX que o advento da Segunda Revolução Industrial traria aos países subdesenvolvidos – entre eles, o Brasil – uma série de transformações econômicas que passaram a ser articuladas dentro de um processo geral de industrialização. Assim, no rastro do impulso industrial europeu, o Brasil conhecia, pela primeira vez na sua história, um ímpeto desenvolvimentista que teria como consequência mediata a modernização do país, uma modernização, aliás, muito mais de natureza quantitativa do que qualitativa, muito mais excludente do que integrante.² Não demorou muito para que uma espécie singular de euforia modernizadora tomasse conta do país, criando por aqui uma atmosfera propícia a toda sorte de atuação no sentido de aprofundar esse fenômeno. O próprio advento político da Proclamação da República era visto pelos historiadores, no calor da hora, como mais um passo nesse complexo processo de modernização de um país que era considerado, por muitos, como a derradeira monarquia escravagista da América.³

O país modernizava-se não apenas econômica, mas também politicamente, embora essa modernização não significasse, como complemento desse fato, conquistas políticas explícitas à população em geral.⁴ Mas, de qualquer maneira, instalava-se no Brasil um marco histórico que articulava as mais prementes necessidades de uma nação ávida por fazer parte do processo civilizatório mundial. Vivia-se, sintomaticamente, no período da chamada *Belle Époque*, sustentada por uma Paz Armada que, mais tarde, revelou-se falaciosa, mas que, em contrapartida, dava condições plenas à vazão de uma euforia contida.⁵ Assim, na maior parte das manifestações relacionadas ao advento da modernização por que passava o país, verifica-se uma inexpugnável adesão à mesma, o que lhe concedia um leque de apoio verdadeiramente eclético, indo desde os entusiastas da maquinaria feérica aos beneficiários diretos no novo *way of life* que aqui se instalava, passando ainda pelos caudatários da revolução urbana de Rodrigues Alves.

Eis aí três tipos de adesistas às transformações modernizadoras instaladas no país, que espelham bem as consequências material e socialmente sensíveis de nossa industrialização, ao mesmo tempo em que revelam as categorias mais notáveis do tríptico que serve de emblema às mesmas: a tecnologia, a urbanização e a sociabilidade.

Mas nem só de adeptos eufóricos destas categorias vivia a nossa *Belle Époque*. Havia também os críticos atentos às conseqüências maléficas da modernização, sempre prontos a atirar seus dardos certos e envenenados – embora quase sempre inócuos – contra o que consideravam uma espécie concreta de corrupção social. Para estes, a modernização era um verdadeiro insulto aos seus ideais de vida, ora marcados por um passadismo conservador (como acontece com um Afonso Celso ou um Oliveira Viana), ora por um saudosismo libertário (como ocorre com um Lima Barreto ou um Antônio Torres). Contrários à evolução da tecnologia, ao desenvolvimento da urbanização, à modernização da sociabilidade, eram, conseqüentemente, contrários à República, representação política acabada destas categorias. O que, contudo, diferenciavam passadistas e saudosistas era a perspectiva adotada pelos mesmos diante da relação modernidade/República: para os primeiros, a República era uma conseqüência mediata da modernização; para os segundos, a modernização era uma conseqüência direta da República. O ponto de convergência para ambos os grupos era, enfim, o posicionamento contrário tanto à modernização – gerada por um processo eminentemente econômico – quanto à República – gerada por um processo particularmente político. Divergências à parte, tais críticos entendiam-se, pelo menos, num aspecto: o combate acirrado a todo processo modernizador que representasse um desvirtuamento do passado, um rompimento categórico com a tradição. Assim, analisados em bloco, passadistas e saudosistas conformavam o coro-dos-contrários na nossa *Belle Époque* nacional, fazendo com que as suas divergências epidérmicas se transformassem em convergência estrutural, e promovendo um verdadeiro multirão anti-moderno.

Os detratores da modernidade

As oposições reveladas num plano geral – que colocam, de um lado, os adeptos da modernização brasileira e, de outro lado, os seus críticos mais contundentes – podem ser verificadas nos limites estreitos do desenvolvimento tecnológico. Também aí opunham-se aqueles que estavam a favor e aqueles que estavam contra esse fenômeno. Curiosamente, quando passamos de um plano geral para um plano particular, algumas divergências anteriores se desfazem, para dar lugar a divergências de outra natureza: é assim que podemos verificar, entre os

adeptos da tecnologia finissecular, tanto monarquistas (a começar pelo próprio monarca, D. Pedro II) quanto republicanos (a exemplo de Rui Barbosa), o mesmo ocorrendo em relação aos críticos desse processo.

De qualquer modo, a tecnologia não nascia órfã, nem de modelos, nem de apologistas. Os modelos eram claros: a Inglaterra, com sua tradição industrial, e principalmente os Estados Unidos, como exemplo máximo de uma nação emergente em franco desenvolvimento. A estes modelos, apegavam-se alguns apologistas da modernização tecnológica, como revelam estas palavras sintomáticas de Joaquim Nabuco: “para o engenheiro, para o inventor, para o architecto, para todo economizador de tempo e trabalho, para quem admira acima de todos o genio industrial deste seculo, os melhoramentos que elle tem introduzido na ferramenta humana, os Estados-Unidos são de uma extremidade a outra um paiz para se visitar e conhecer”.⁶ Logicamente, e isso é o que aqui nos interessa, esse sentimento era combatido arduamente por aqueles que viam nos Estados Unidos uma ameaça à civilização latino-americana, exatamente por esta nação representar todo um indesejável espírito utilitarista contra o qual levantaram-se vozes por todo o continente, inclusive no Brasil, como revela por exemplo essa sentença arrojada, proferida por Eduardo Prado: “o furor imitativo dos Estados Unidos tem sido a ruína da América”.⁷

Relativamente isoladas, tais vozes não conseguiram conter a marcha infrene dos avanços tecnológicos que se verificava por toda parte, revelando aos olhos atônitos da população uma verdadeira parafernália mecanicista: surgiam, de uma hora para outra, uma série de aparelhos destinados a alterar sensivelmente o *modus vivendi* dos habitantes da cidade. Entre estes, talvez o que mais tenha causado espécie na população urbana foram as câmeras cinematográficas e os fonógrafos, utilizados em conjunto desde os primeiros anos do novo século.⁸ Louvadas em prosa e verso, tais engenhocas – vistas, a princípio, como uma inovação tecnológica de finalidade lúdica – foram também alvo de crítica mais ou menos irônica dos antimodernistas de plantão, que, para destilarem seu fel contra semelhantes inovações, tomavam de assalto as colunas fugazes dos jornais, as páginas soberbas das revistas mundanas ou alguns episódios romanescos, por meio dos quais podia-se impunemente classificar o cinematógrafo de “lanterna mágica com *delirium tremens*” e comparar o fonógrafo a uma “palavrosa mecânica que (...) gane e urra”.⁹ O mesmo podia-se dizer de outros aparelhos igualmente representativos de uma

modernidade emergente, como o telefone, a máquina fotográfica, os motores industriais e até mesmo a máquina de datilografia, diante da qual não poucos escritores revelaram-se extremamente reticentes, considerando-na um “maléfico instrumento” ou uma “inovação perniciosa”.¹⁰

No mesmo sentido dessas críticas, dirigiam-se os ataques a alguns dos modernos meios de locomoção, vistos também como invenções nocivas à sociedade. Assim, enquanto o sentimento em relação ao bonde era de uma relativa imparcialidade e em relação ao avião era quase que unanimemente positivo (não podemos nos esquecer que sua utilização como meio de locomoção era extremamente restrita, além do que o mesmo simbolizava o reconhecimento internacional da nação, por meio da figura inatacável de Santos Dumont), a locomotiva e o automóvel eram alçados à categoria de alvo privilegiado dos antimodernistas. Em relação ao primeiro, os mais brandos apenas aludiam à sua angustiante lentidão ou velocidade vertiginosa, enquanto que os mais exaltados criticavam-no abertamente, considerando-no uma aberração da humanidade.¹¹ Igualmente contundentes eram as críticas ao automóvel, responsabilizado, por exemplo, pelo aumento da poluição sonora e dos acidentes na cidade e considerado, sem concessões, um “inimigo monstruoso, furioso, arrasador” da população durante as primeiras décadas do século.¹²

De qualquer maneira, era comum a esses arautos dos males causados pelos tempos modernos, a condenação *in totum* da tecnologia mecanicista. E os motivos alegados eram múltiplos, mas todos eles lamentando a substituição da serena e tranqüila vida primitiva pela turbilhonante e vertiginosa realidade urbana, já que, via de regra, viam os avanços tecnológicos como autênticas

manchas tenebrosas que a imperfeição humana, desde muito, vem lançando na paz da natureza primitiva, para roubar-lhe o encanto e transformá-la em tormentos.¹³

Definitivamente, passadistas e saudosistas aliavam forças no intuito declarado de combater um processo de modernização compulsório, que surgia no rastro das transformações políticas por que passava o país.

O mesmo argumento utilizado para atacar a tecnologia moderna era também empregado contra outro aspecto representativo da

modernidade republicana: a urbanização.

O processo de urbanização por que passou a Capital Federal no governo de Rodrigues Alves já foi satisfatoriamente estudado, inclusive por meio da abordagem daquela figura que, mais do que qualquer outra, tornou possível a concretização das reformas urbanas, sintomaticamente conhecidas pelo nome de Bota-Abaixo: Pereira Passos.¹⁴ Também no que se refere a este fato, é possível verificar um confronto direto entre os adeptos da reforma urbana, como um Olavo Bilac, e os críticos da mesma, como um Lima Barreto. De qualquer modo, o processo reformador ganhou impulso definitivo durante os primeiros anos do século XX, fazendo, mais uma vez, com que os ataques desferidos pelos opositores da modernização não tivessem grandes efeitos práticos. Na verdade, tal embate simbolizava mais do que uma simples dicotomia entre a aceitação e a recusa de um fato de natureza urbanística; por trás dessa disputa, emergia um duelo de caráter muito mais social do que o mesmo sugere, pois o que estava em jogo era, antes, um confronto entre a conquista definitiva da civilização e o sentimento claro de uma modernidade excludente. Semelhante contradição fora superiormente descrita pelas célebres crônicas de João do Rio, que soube, mais do que qualquer outro escritor, registrar as lacunas contidas em nosso incipiente processo de modernização.¹⁵

Curiosamente, os ataques desferidos contra a urbanização modernizadora presente nessa aurora do século tinham como principal fundamentação ideológica a velha oposição entre campo e cidade, mas agora pautada sobre novos parâmetros. Se tal oposição ocorreu desde os mais remotos tempos e nos mais variados âmbitos,¹⁶ parece certo que, agora, o contraste se dava sobre outras bases: o que se buscava enfatizar era, na verdade, a oposição entre um campo como representação perfeita da vida amena e primitiva e uma cidade como símbolo acabado das mazelas provocadas pelo processo de modernização infrene. Atacava-se, portanto, não a cidade enquanto *locus* historicamente oposto ao campo, mas enquanto lugar ideal ao desenvolvimento de práticas sociais desordenadas e viciosas. Em outros termos, os ataques desferidos contra a cidade de uma forma genérica dirigiam-se particularmente às mazelas ocasionadas pela deformação urbana. Daí ser possível verificar entre os principais detratores da modernização urbanística figuras que, mais do que qualquer outra, tinham uma ligação atávica com o Rio de Janeiro: não eram, por exemplo, estrangeiros criticando uma terra desconhecida e com a qual

não tinham qualquer compromisso maior do que uma estada provisória, mas indivíduos sentimentalmente vinculados à cidade, que buscavam criticar na mesma suas mais evidentes aberrações, sua desfiguração urbana.

A literatura da época foi pródiga em registros dessa natureza, buscando sobretudo ressaltar a oposição campo/cidade, com um acintoso detrimento desta e uma vigorosa apologia daquele.¹⁷ Nesse sentido, não era estranho ver alguns romancistas retratarem a cidade como a representação autêntica de males morais, relacionando-a a toda sorte de vícios, à perdição sensualizada, à degenerescência da própria vida humana, como revela grande parte dos romances de um Coelho Neto. Apenas a título de exemplo, não é mero acaso o fato de este romancista ter como temática principal de algumas de suas obras o espanto de um camponês diante da vertiginosa vida citadina, revelando uma verdadeira incompatibilidade entre dois estilos de vida opostos; ou a perdição causada pela cidade, comparada a um polvo que, com seus imbatíveis tentáculos, acaba devorando suas vítimas no turbilhão da luxuriante e viciosa realidade urbana.¹⁸ Tanto o assombro do camponês diante da civilização urbana, quanto a destruição dos indivíduos pela cidade tentacular eram temáticas romanescas férteis e recorrentes na época, e parece mais do que mera coincidência o fato de, nestes dois romances, os protagonistas terminarem como vítimas indefesas da cidade. Não custa lembrar que se tornou moda na época obras que procuravam traçar o perfil vicioso da cidade – particularmente o que se convencionou denominar o *bas-fonds* carioca –, como comprovam as penas diletantes e mundanas de João do Rio, Benjamim Costallat, Théo Filho ou Ribeiro Couto.

E se Coelho Neto faz o papel, nesse contexto todo, de detrator da cidade, Júlia Lopes de Almeida, por exemplo, irá representar com perfeição o papel de apologista do campo: em quase todos os seus romances é possível perceber uma deliberada defesa da vida campesina, com enfáticas descrições da Natureza (sempre apresentada sob um ótica francamente positiva, onde a luminosidade desempenha papel preponderante); ou com uma aberta defesa da vida campestre em oposição à urbana, contraste que perfaz a principal temática de um romance epistolar.¹⁹

A cidade é vista ainda, pelos romancistas avessos à modernização urbana, como um lugar de excessivo barulho, de uma agitação incontida, de uma perturbadora densidade demográfica. Representa, em todos os

sentidos, uma perda irreparável das amenidades da vida primitiva, daquela existência simples, longe das preocupações de uma civilização corrompida, como nos mostra este trecho de um romance de Lima Barreto, em que o protagonista emerge como um verdadeiro apologista da vida campesina, em detrimento da conturbada experiência urbana:

Como era tão simples viver na nossa terra (...) Como é que se preferia viver em casas apertadas, sem ar, sem luz, respirar um ambiente epidêmico, sustentar-se de maus alimentos, quando se podia tão facilmente obter uma vida feliz, farta, livre, alegre e saudável? E agora que ele chegava a essa conclusão, depois de ter sofrido a miséria da cidade (...) Chegara tarde, mas não a ponto de que não pudesse antes da morte travar conhecimento com a doce vida campestre.²⁰

Mais do que uma defesa apaixonada do campo e da exposição descompromissada de suas qualidades intrínsecas, o trecho acima transcrito – como aliás todas as demais obras da época preocupadas em destacar as amenidades da vida campestre – pode ser visto como afirmação explícita dos sentimentos contrários ao urbanismo modernizador, obstinadamente manifestados por saudosistas e passadistas.

Um outro fator representativo da modernidade nacional naquela passagem de século foi, seguramente, a sociabilidade, que tende a se modernizar concomitantemente ao desenvolvimento da própria sociedade. De fato, acompanhando todo o processo civilizatório aqui instalado durante a República, assistiu-se a uma verdadeira alteração nos modos de relacionamento social: um novo padrão de sociabilidade impôs-se principalmente à camada urbana e burguesa da sociedade. Nesse sentido, nossa *Belle Époque* teria sido também um período de modernização e instauração de novos padrões de convivência social.

Isto pode ser verificado numa gama muito extensa de índices de sociabilidade: os esportes começaram a se expandir vertiginosamente, a princípio limitados a uma elite, mas logo disseminados por toda a população; as mulheres, antes associadas ao espaço doméstico, ganham as ruas, tornando-se figurantes necessários das relações urbanas modernizadas; os costumes mundanos de um modo geral (festas, encontros, relações

pessoais, namoros) passam a sofrer modificações sensíveis, em função inclusive da transformação de outros elementos dos quais os mesmos dependiam, como os transportes urbanos, os meios de comunicação, a imprensa e a cidade de um modo geral. Também, nesse novo contexto, pode-se verificar um embate entre os adeptos da modernidade social e os detratores desses novos padrões de relacionamento, em geral atacados pelo viés reducionista da moralidade.

Assim, pode-se perceber que, mais uma vez, aliam-se passadistas e saudosistas contra um comportamento considerado excessivamente moderno, o que explica a adesão incondicional, destes detratores, ao que consideravam os bons tempos de outrora. Entre tantos indícios de modernização dos padrões de relacionamento social, um pode ser adotado como paradigma dessa mudança de costumes, atuando, além disso, como uma espécie de símbolo da nova sociabilidade que então se instaurava: a moda.

Com efeito, por si mesma a moda já denota um padrão comportamental específico, individual, um gosto pessoal por uma forma distinta de apresentar-se. Mas, mais do que isso, ela é também uma representação simbólica de toda uma época, podendo figurar como um elemento emblemático do comportamento social da mesma. Dessa forma, não nos parece absolutamente incongruente enxergar nos ataques desferidos contra a moda, durante o período analisado, indícios claros de posicionamentos antimodernos, do ponto de vista específico da sociabilidade. Atacar o que os críticos consideravam verdadeiros desvios da forma de trajar-se – sobretudo da forma de trajar-se publicamente – significava combater os desvios de comportamento social instituído pelo processo de modernização da sociedade republicana como um todo. Por isso, ao lado do esporte, das relações pessoais (consideradas excessivamente permissivas), da publicidade e de muitos outros índices de sociabilidade, a moda era considerada o alvo predileto dos detratores da modernidade, e não poucas vezes os mesmos procuraram, atacando a indumentária pessoal, atingir em cheio todo esse processo de alteração do comportamento coletivo.

Mais do que uma questão moral, trata-se, a bem da verdade, de uma questão de honra, o que no final vem dar no mesmo. Não há como deixar de perceber, por exemplo, a ironia presente num dos contos de Artur Azevedo, que compõe um volume sugestivamente intitulado *Contos*

Fora da Moda: preocupada em não perder para sua rival um vestido visto na vitrine do Palais-Royal, Angélica passa a peregrinar pela cidade numa busca frenética de quem lhe pudesse emprestar míseros quinhentos mil réis, quantia da qual seu marido não dispunha naquele momento; não tendo obtido êxito com nenhum de seus conhecidos, acaba prostituindo-se em troca do dinheiro para o tão desejado vestido, certamente uma peça de vestuário representativa da moda da época. A maior ironia, talvez, encontra-se no fato de Angélica afirmar que comprar aquele vestido significava uma verdadeira “questão de honra”, expressão aliás que dá título ao conto. A mensagem é clara e não há como deixar de destacar um subreptício viés moralizador: para justificar uma espécie de honra suntuária, por assim dizer, chega-se até mesmo a colocar sob suspeição uma pretensa honra moral.²¹

Eduardo Ramos, político e escritor baiano, um pouco mais tarde, escreveria uma crônica inteira dedicada ao uso inusitado de roupas masculinas pelas mulheres modernas, o que, nas suas próprias palavras, parecia aos defensores dos bons costumes um autêntico “perigo para a honra doméstica”. Esta não parece ser a opinião do próprio autor, que revela, ao longo da crônica, discordância com semelhante posicionamento, asseverando inclusive, mais adiante, estas conscientes palavras: “os figurinos menos recatados do vestuário feminino são acomodações da móda com a moral, que, de estação a estação, mudam, com assentimento dos mais severos, os sitios convencionaes do pudor”.²² Palavras sábias que se revelam flagrantemente atemporais.

Para alguns a moda representava, simplesmente, uma espécie de processo civilizador compulsório, que resultava na descaracterização do país; para outros, um suplício imposto à mulher brasileira pelos figurinos parisienses; para outros ainda a oportunidade de aflorar uma sensualidade maliciosa, nem sempre condizente com o comportamento de uma “moça de família”.²³ De qualquer forma, não são poucos os que viam como resultado da moda uma perturbadora e instigante mistura entre os índices caracterizadores da idade ou do próprio sexo dos indivíduos: enquanto charges de uma revista mundana apresentava duas mulheres que, pela vestimenta aparentavam ter a mesma faixa etária, mas que se revelavam de idades bastante distintas (mãe e filha, neta e avó); algumas personagens de romances se revelavam perplexas diante da similitude de gêneros causada pelos modismos comportamentais em geral (e não apenas pela

roupa): “já não sabemos mais da natureza, ou do sexo: as mulheres de cabelos cortados, sem colo, fumando, de pijama, confundem-se com os rapazes sem bigode, de relógio-pulseira, unhas polidas, espartilhos, em mútuas impressão equívoca e talvez repugnante: dupla inversão, pela moda”²⁴.

Há os que acham a moda moderna demasiadamente permissiva e impudica, com uma concessão exagerada à nudez, como João Luso, nesse espirituoso excerto: “o costureiro de hoje não precisa de imaginação. Não tem que inventar, não se lhe exige o menor esforço de criação; basta que se cinja e cada vez mais se restrinja à obra da natureza (...) Entretanto, cortar mais, parece-nos impossível a não ser que as senhoras costureiras estejam convictamente animadas da intenção de chegar... ao infinito”²⁵. Opinião com a qual talvez muitos concordassem, sobretudo dois dos maiores detratores da sociabilidade moderna, para quem a moda – assinalada por uma sublimidade obtusa – podia ser, a um só tempo, uma “divindade moderna a que todos se curvam” ou uma “deusa (...) fértil em absurdos”²⁶.

Conclusão: vertigem da modernidade

Ambos os conjuntos que utilizamos como suportes fundamentais para a concretização da idéia de oposição à modernidade na passagem do século – passadistas e saudosistas – não passam de categorias histórico-sociais de projeção meramente metodológica. Embora tanto a historiografia quanto a sociologia tenham, em muitas oportunidades, trabalhado com semelhantes categorias, as mesmas não foram ainda esboçadas definitivamente. É certo que podemos, de forma mais ou menos incompleta, estabelecer alguns parâmetros capazes de dar forma incipiente às mesmas. Como dissemos antes, passadistas seriam aqueles que, a partir de premissas conservadoras, viam a modernidade como resultado indireto do regime republicano. Nesse sentido, não há como negar um apego consciente e militante à Monarquia, como expressam algumas das figuras da época, seja um idealista como Afonso Celso ou um ideólogo como Eduardo Prado: ligados à idéia-mestra de *passado*, não sem motivo pregavam a Restauração, a partir de uma ideologia vincada de um nacionalismo ufanista.²⁷ Mais liberais do ponto de vista político, os saudosistas possuíam muitas divergências com os passadistas, a começar pela perspectiva que adotavam no que concerne à relação República/

modernidade: como já aludimos, para estes é a República que emerge como precedente necessário do processo de modernização ocorrido na época. Não propunham claramente a Restauração e eram contrários à ideologia ufanista, optando antes por uma reavaliação crítica do Brasil. Tendo como idéia-mestra a noção de *saudade*, analisavam a realidade sob uma ótica muito mais sensitiva: o passado não era senão uma fonte inesgotável de saudade, capaz até de provocar uma idealização muitas vezes renegada (como ocorre com Lima Barreto). De qualquer maneira, tratava-se de um sentimento positivo, marca principal dos saudosistas, mesmo que sob um manto diáfano do pessimismo (como em Alberto Torres): “a saudade se exprime igualmente como uma duração que pode ser (re)vivida e (re)experimentada generosa e positivamente”.²⁸

Assim, se há um elemento unificador de ambas as categorias, esse elemento é, com certeza, a oposição ao processo modernizador levado a cabo pelo regime republicano.

Certamente, nem todos aqueles que se posicionaram contra as inovações modernizadoras durante os primeiros anos da República podem ser classificados dentro das duas categorias aqui eleitas como paradigmas sócio-históricos da ideologia antimoderna. Mas, indubitavelmente, todos contribuíam para o aumento do coro de detratores da modernidade. As conseqüências dessa atitude são muitas e variadas: primeiro, ela refletiu direta e definitivamente no ideário da época, marcando uma cisão entre duas perspectivas bastante diferentes ou, mais do que isso, entre duas etapas da nossa história social e mental. Depois, teve repercussão imediata na produção artística do período, sobretudo ficcional, que viveu as mesmas contradições aqui apontadas no âmbito do embate travado entre os adeptos e os adversários da modernidade.²⁹

Mais interessante do que pensar nestas e em muitas outras conseqüências advindas de semelhante posicionamento, é perceber a ideologia que estava por trás do mesmo, igualmente matizada e diversa. Trata-se, na maior parte das vezes, de uma ideologia marcada – como de resto ocorre com a própria disputa aqui sugerida – pela noção precisa de *oposição conflituosa*. Com efeito, fundamentando ideologicamente o embate travado contra a tecnologia moderna, temos a oposição entre um estilo de vida primitivo – propalado como o mais ameno, saudável, natural e positivo – e um estilo de vida moderno – muito mais pernicioso e artificial, aos olhos de seus detratores. Já a luta contra o urbanismo moderno

assentava-se sobre uma noção não-restritiva de espaço: tinha como fundamento ideológico a oposição entre um *locus amoenus*, representado pelo campo de modo geral, e um *locus adversus*, simbolizado pela cidade urbana, sobretudo pelas metrópoles que começam a despontar já no final do século XIX, as quais emergiam, na ótica dos mesmos detratores, como viciosas e devassas. Finalmente, como fundamento ideológico do posicionamento contrário à sociabilidade moderna, temos a oposição entre dois *modi vivendi* diferentes: um, voltado para as tradições e costumes antigos, outro, para os novos costumes erigidos pela civilização moderna, virtualmente desprovidos de qualquer espécie de tradição.

Apesar do maquiavelismo com que os critérios ideológicos estão aqui colocados, não eram poucos os que lançavam mão desse recurso, a fim de promover seu ponto de vista, tanto em relação aos detratores quanto em relação aos adeptos da modernidade. Combater a modernização do país, contudo, podia ter outros significados além da oposição ardilosa aqui apresentada: significava, sobretudo, um processo nem sempre consciente de evasão para um passado idealizado; podia significar também uma tentativa de resgate da vida primitiva; talvez, uma espécie singular de redenção social, já que a modernidade era, muitas vezes, vista como causa principal da desagregação da sociedade; ou, enfim, um combate ativo contra a imoralidade marcante dos tempos modernos. Neste sentido, não causa espanto a frequência com que lemos nas crônicas da época as nevróticas deblaterações contra as armadilhas tecnicistas, as perversões citadinas ou os costumes viciados – tudo fazia parte de um discurso astuciosamente forjado contra a vida moderna como um todo, que podia perverter o ser humano nos seus valores mais nobres, mas que sobretudo o corrompia naqueles valores de feição nitidamente tradicionais, ocasionando, nesse sentido, desde o afastamento entre os vizinhos, a perdição das mulheres ou a desorganização familiar.³⁰

Em suma, pode-se dizer que enquanto para os passadistas a modernidade era sobretudo uma questão moral, uma vez que ela surgia como índice perfeito da imoralidade a ser combatida pelos guardiões de um passado pretensamente imaculado e probo; para os saudosistas, tratava-se antes de uma questão social, já que consideravam o processo de modernização por que passava o país um impiedoso e atroz modo de exclusão social. Entre a imoralidade e a exclusão típicas da modernidade brasileira, colocava-se uma noção bastante larga de progresso. Assim,

confundiam-se as noções basilares de modernização e progresso, não poucas vezes consideradas uma mesma e única acepção ligada ao processo aqui descrito: como o moderno, o progresso representava a novidade, o desenvolvimento, o contemporâneo, mas, por isso mesmo, era associado ao desorganizador, ao vicioso, à imoralidade, acepções que ainda hoje persistem num discurso mais refratário às inovações modernizantes.

O certo é que, apesar dos esforços empregados por passadistas e saudosistas, no sentido de desacreditar o processo de modernização na virada do século, este continuou seu curso de forma inabalável, saindo-se incólume do embate e afirmando-se como uma realidade que encontrou acolhimento mesmo nas esferas artísticas da sociedade, como comprova o advento da Semana de Arte Moderna, marco literário do triunfo da ideologia modernizante.³¹ Evidentemente, isto não impedia que os detratores da modernidade, sintomaticamente avessos às inovações literárias dos modernistas, continuassem seus ataques contra o que consideravam uma verdadeira afronta à dignidade humana, simbolizada agora pelo progresso infrene, como comprovam estas palavras de um passadista de primeira ordem:

o sopro do progresso, que agita todas as cabeças, não tem, porventura, alguma coisa de funerário, que diz à humanidade: - Esgota-te, e segreda á alegria: - Some-te?³²

Diante de semelhante quadro, onde o progresso é visto como algo capaz de esgotar a humanidade e fazer desaparecer a alegria, só restava mesmo, aos opositoristas de uma realidade tão perversa, um apego desmedido ao passado, independentemente da categoria a que estes opositoristas pertencessem. O passado era, portanto, uma referência necessária, mas uma referência que – diante do sentimento de impotência que os assaltava – revelava-se dolorosamente inacessível, limitando-se ao plano volúvel da idealidade. Não sem razão, diante da concretude das afirmações dos passadistas, um saudosista como Lima Barreto prefere – imediatamente depois de descrever uma das realizações da tecnologia e suas conseqüências para a vida moderna – afirmar melancolicamente:

e penso no passado (...) No passado! Mas... o passado é um veneno.³³

Outro lado da moeda, este é o preço que os idealistas tiveram de pagar por um posicionamento frontalmente contrário à impetuosidade da modernização: no limite, a realidade obrigava-os até mesmo a fechar os olhos para uma evasão sem resultados práticos e se deixar levar pela indefectível voragem do progresso, pela turbilhonante vertigem da modernidade.

NOTAS

01. Sobre uma visão crítica do processo de globalização, a partir da perspectiva dos países periféricos, consultar FURTADO, Celso. *Brasil: a Construção Interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
02. Para uma discussão acerca da natureza da modernização brasileira, cf. FAORO, Raymundo. “A Questão Nacional: a Modernização”. *Estudos Avançados*, Universidade de São Paulo, v. 6, n. 14: 7-22, Jan./Abr. 1992.
03. Cf. COSTA, Emília Viotti da. “Sobre as Origens da República”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Tomo XVIII: 63-120, 1964; e PRETRONE, Maria Theresa Schorer. “As Crises da Monarquia e o Movimento Republicano”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Universidade de São Paulo, No. 16: 31-41, 1975.
04. Para a relação entre cidadania e República, consultar SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988; e CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
05. Para um quadro sintético da nossa Belle Époque, cf. NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical. Sociedade e Cultura no Rio de Janeiro na Virada do Século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; e SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

06. NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 136.
07. PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. São Paulo, Ibrasa, 1980, p. 52. Para informações sobre o turbulento *affair* Eduardo Prado, consultar FILHO, Cândido Motta. *A Vida de Eduardo Prado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. Na América Latina, o sentimento de combate ao utilitarismo norte-americano foi catalisado por José Enrique Rodó, com o seu indefectível *Ariel* (1900). Sobre o arielismo na passagem do século, consultar ainda SANCHEZ, Luis Alberto. *Balance y Liquidacion del 900*. Santiago de Chile, Ercilla, 1941.
08. Cf. ARAÚJO, Vicente de Paula. *A Bela Época do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
09. NETO, Coelho. *Esphinge*. Porto, Chardron, 1920, p. 82. Curiosamente, João do Rio – um dos principais entusiastas das inovações tecnológicas da virada do século, referir-se-ia ao gramofone, um derivativo do fonógrafo, como uma “maravilha do século XIX, que não deixa de ser uma calamidade para o século XX” (RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1991, p. 65).
10. Respectivamente, Antonio Torres (CRULS, Gastão. *Antonio Torres e seus Amigos. Notas Biobibliográficas seguidas de Correspondência*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950, p. 161) e Hermes Fontes (FONTES, Hermes. *Juizos Ephemeros*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916, p. 62). Tratando da infinidade de aparelhos mecânicos destinados à automação do escritório moderno (estilógrafo, máquina datilográfica, bitrantógrafo, calculadoras, caixas registradoras, dictáfono, etc), uma revista carioca não hesitava em prognosticar “a substituição do homem por aparelhos e machinas” (*Almanach Eu Sei Tudo*, n. 40, set. 1920, p. 109).
11. Essa era, principalmente, a opinião de Lima Barreto, que, além de criticar a fealdade e a brutalidade da locomotiva (*Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo, Ática, 1987, p. 73), alude à mesma

- como sendo uma “besta paleontológica” (*Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro: Garnier, 1990, p. 60) ou um “parto teratológico da inteligência humana” (*Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956, p. 155).
12. LUSO, João. *Reflexos do Rio*. Porto: Chardron, 1923, p. 33.
 13. TERRA, Felício. *Imagens*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1920, p. 26.
 14. Cf. ATHAYDE, Raymundo A. de. *Pereira Passos. O Reformador do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, A Noite, s.d.; e BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical. A Renovação Urbana da Cidade do Rio de Janeiro no Início do Século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.
 15. Sobre a relação entre João do Rio e o processo de modernização no começo do século, consultar DIMAS, Antonio. “João do Rio e o Mito do Progresso”. *Revista Usp*, São Paulo, No. 17: 224-226, Mar./Abr./Mai. 1993; e FABRIS, Annateresa. “O Cenário e o Espaço de Trabalho: Representações da Modernidade na Produção Cultural Brasileira (1900-1922)”. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, vol. 50: 145-150, jan./dez. 1992.
 16. Para a oposição campo/cidade de um ponto de vista histórico, cf. WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na História e na Literatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989; de um ponto de vista sociológico, cf. SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1976; e do ponto de vista econômico – quando assistimos à “hipervalorização do campo e da vida rural, juntamente com a crítica à ordem urbano-industrial”, como fundamento ideológico da reação agrária contra a prevalência do capitalismo industrial na Primeira República – cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. “O Ruralismo Brasileiro na Primeira República: Um Debate de Idéias”. *À Margem. Revista de Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1: 25-40, jan. 1993.

17. Para a relação entre a literatura de nossa *Belle Époque* e o processo de transformação urbana ocorrido no Rio de Janeiro, consultar BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil. 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960; e GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as Cidades, a Cidade. Literatura e Experiência Urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
18. Respectivamente, NETO, Coelho. *A Capital Federal (Impressões de um Sertanejo)*. Porto, Chardron, 1924; e NETO, Coelho. *O Polvo*. São Paulo: *Jornal do Commercio*, 1924, p. 191. Exemplos da fecundidade destas temáticas na época podem ser vistos na várias peças que sobre as mesmas escreveu Artur de Azevedo (Cf. SÜSSEKIND, Flora. *As Revistas de Ano e a Invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/FCRB, 1986).
19. Respectivamente, ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Cruel Amor*. São Paulo, Saraiva: s.d.; e ALMEIDA, Júlia Lopes. *Correio da Roça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 193.
20. BARRETO, Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, p. 63.
21. AZEVEDO, Artur. *Contos Fora da Moda*. Rio de Janeiro: Livraria Prado, 1955.
22. RAMOS, Eduardo. *Retalhos e Bisalhos*. Rio de Janeiro, Anuario do Brasil, 1923, p. 54 e 206.
23. Respectivamente, BARRETO, Lima. *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, p. 75 et passim; NETO, Coelho. *A Capital Federal*, p. 132; e ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A Falência*. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 162.
24. Respectivamente, *Almanach Eu Sei Tudo*, Rio de Janeiro, No. 02: 10, Jul. 1917/No. 03: 71-72, Ago. 1917/No. 33: 124, Fev. 1920; e PEIXOTO, Afrânio. *As Razões do Coração*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1944, P. 269.

25. LUSO, João. *Reflexos do Rio*, p. 08/13.
26. FONTES, Hermes. *Juizos Ephemeros*, p. 99; e BARRETO, Lima. *Marginália*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 50.
27. Para o estudo de alguns passadistas (inclusive com o emprego dessa terminologia) e sua ideologia, cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
28. DAMATTA, Roberto. *Conta de Mentiroso. Sete Ensaios de Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 22.
29. Cf., respectivamente, HARDMAN, Francisco Foot. "Técnica e Sociedade: Maquinismo como Espetáculo no Brasil Pré-industrial". *Remate de Males*, Campinas, No. 07: 157-166. 1987; e SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras. Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
30. Para a crítica à vida moderna como responsável pela descaracterização desses valores, na seqüência citada, consultar as seguintes obras de Humberto de Campos: *Da Seara de Booz* (Rio de Janeiro, W. M. Jackson, 1945, p. 277); *Vale de Josafá* (Rio de Janeiro, W. M. Jackson, 1944, p. 227-229); e *Os Párias* (São Paulo: José Olympio, 1933, p. 169).
31. Para a associação entre o movimento modernista da Semana de 22 e o discurso modernizante, consultar BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro. Antecedentes da Semana de Arte Moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
32. TERRA, Felício. *Imagens*, p. 27.
33. BARRETO, Lima. *Marginália*, p. 84.

